

Companhia Energética Canoas

**Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações de resultados	4
Demonstrações de resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

Companhia Energética Canoas

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	10.682	6
Contas a receber de clientes	10	505	-
Impostos a recuperar		118	2
Adiantamentos		2	-
Outros créditos	11	2.313	2.093
		13.620	2.101
Não circulante			
Imobilizado	12	105.046	47.843
Intangível	13	711	15
		105.757	47.858
Total do ativo		119.377	49.959
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2017	2016
Circulante			
Fornecedores	14	1.970	2.465
Empréstimos e financiamentos	15	63.852	-
Obrigações trabalhistas		6	-
Imposto de renda e contribuição social		-	18
Outros impostos		122	143
		65.950	2.626
Total do passivo		65.950	2.626
Patrimônio líquido			
Capital integralizado	17	10.510	10.510
Prejuízos acumulados		(940)	(521)
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	43.857	37.344
		53.427	47.333
Total do passivo e patrimônio líquido		119.377	49.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Canoas

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional líquida	18	455	-
Custo de geração de energia elétrica	19	(142)	-
Lucro bruto		313	-
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	19	(385)	(261)
Outras despesas operacionais, líquidas	19	-	(500)
Prejuízo antes das despesas e receitas financeiras e impostos		(72)	(761)
Receitas financeiras	20	284	556
Despesas financeiras	20	(631)	(155)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro		(419)	(360)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	21	-	(64)
Prejuízo do exercício		(419)	(424)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Canoas

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo do exercício	(419)	(424)
Resultado abrangente total	<u>(419)</u>	<u>(424)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Canoas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>AFAC</u>	<u>Prejuízo acumulado</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	10.510	-	(97)	10.413
Prejuízo do exercício	-	-	(424)	(424)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	37.344	-	37.344
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10.510	37.344	(521)	47.333
Prejuízo do exercício	-	-	(419)	(419)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.513	-	6.513
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.510	43.857	(940)	53.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Canoas

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(419)	(424)
Depreciação	135	9
Despesas financeiras	523	-
Outros créditos	(220)	(2.093)
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(505)	-
Impostos a recuperar	(116)	(1)
Adiantamentos	(1)	-
Outros créditos	(1)	6.636
Fornecedores	(495)	2.465
Obrigações trabalhistas	6	-
Imposto de renda e contribuição social	-	68
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício	(18)	(51)
Outros impostos	(21)	143
Pagamento juros sobre empréstimos e financiamentos	(54)	-
Fluxo de caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades operacionais	(1.186)	6.752
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado	-	(44.232)
Baixas ativo imobilizado	708	-
Aquisições de ativo intangível	(696)	(15)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	12	(44.247)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.513	37.344
Captação de empréstimos e financiamentos	5.337	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	11.850	37.344
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa no período	10.676	(151)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6	157
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	10.682	6
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa no período	10.676	(151)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais)*

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Canoas, denominada Companhia, CNPJ 10.618.009/0001-14, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 6 de janeiro de 2009, com sede na cidade de Curitiba, Estado de Santa Catarina, na Estrada Geral Cabaçais, s/nº, bairro Interior, CEP 89.520-000, tributada pelo lucro real, e tem o propósito específico de implantar e explorar o potencial hidrelétrico da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Popinhak, localizado no Rio Canoas no município de Curitiba no estado de Santa Catarina, com potência instalada de 19,3 MW, com a devida observância dos termos e condições das legislações federal, estadual e municipal relativas à matéria, especialmente o Regulamento da Concessão dos Serviços Públicos de Exploração de Geração de Energia Elétrica, bem como a realização de toda e qualquer atividade que seja necessária ou conveniente à melhor exploração da outorga de Autorização, compreendendo, inclusive, atividades de desenvolvimento de estudos e projetos, construção civil e operação da unidade de geração de energia elétrica de origem hídrica, conforme Resolução Autorizativa nº 276, de 11 de junho de 2014 pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data de publicação da Resolução. A Companhia possui quatro Unidades Geradoras, das quais três encontram-se em fase de operação comercial desde a data de 22 de dezembro de 2017 e uma máquina em fase pré-operacional.

A Companhia foi vencedora no Leilão A-5 10/2013 em dezembro de 2013, tendo se comprometido a comercializar 10,4 MW, a partir de 01 de maio de 2018, pelo período de 30 anos.

Em 31 de agosto de 2017, o Despacho da ANEEL nº 2.749 resolve revisar as características técnicas da Companhia, alterando a potência instalada da usina para 22,6 MW.

Em 2 de março de 2018, o Despacho da ANEEL nº 482 resolve liberar a unidade geradora UG4 para início da operação comercial.

Continuidade operacional

Os resultados da Companhia nos anos de 2016 e 2017 sofreram relevante impacto negativo. Esse impacto negativo decorre do período de construção do empreendimento da Companhia, onde a Companhia não possui nenhuma atividade operacional de geração de caixa.

Observando a expectativa de geração futura de caixa, existe controle por parte da Administração da Companhia em relação ao cumprimento dos prazos das obrigações de curto prazo. Diante desta realidade, a administração da Companhia apresenta ações já tomadas que impactam positivamente os próximos anos:

- ***Mecanismo de Realocação de Energia (MRE)***

Com a finalidade de aderir a repactuação do risco hidrológico, a Companhia aderiu ao Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) em janeiro de 2018, que realoca contabilmente a energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo.

O MRE foi instituído devido às grandes extensões territoriais do país, em que existem diferenças hidrológicas significativas entre as regiões, com períodos secos e úmidos não coincidentes. Uma região em período de seca economiza água e, por consequência, gera abaixo da média, enquanto uma região em período de chuva produz energia acima da média, o que resulta em transferência de energia entre essas regiões.

- ***Repactuação do risco hidrológico***

Opção da Companhia pela repactuação do risco hidrológico em dezembro de 2017, nos termos da Lei nº 13.203, de 9 de dezembro de 2015, e das Resoluções Normativas nº 684/2015, e

nº 784/2017 optando pela classe de produto SP100, anuída pela ANEEL conforme despacho nº 4.102, publicado em 5 de dezembro de 2017.

A repactuação do risco hidrológico foi uma metodologia criada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para permitir que os geradores repassem ao consumidor o risco do déficit de geração decorrente da hidrologia em troca do pagamento de um prêmio mensal, garantindo que a usina receba por toda a energia contrata sem a necessidade de compra ou liquidações negativas caso a usina não gere o montante de energia contratada.

O produto SP100 é aquele em que o gerador transfere 100% do risco hidrológico e a energia secundária para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), conforme especificando pela Resolução Normativa nº 684/2015. Esse termo significa que a Companhia repactuou 100% do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) ao prêmio R\$ 13,18/MWh.

- **Project Finance**

A Companhia encontra-se em fase final de captação de empréstimo de longo prazo, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES, na modalidade BNDES Finem - Geração de energia com apoio direto (solicitação feita diretamente ao BNDES) no montante de R\$ 66.400, esse recurso será destinado para quitação do empréstimo ponte que a Canoas possui com o Banco Itaú S.A. e está condicionado às comprovações financeiras.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 10 de maio de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Incerteza sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativos de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 12** - Ativo imobilizado: O cálculo da depreciação de ativos imobilizados inclui as estimativas das vidas úteis.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado.

6 Principais práticas adotadas

As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo e levam em conta as práticas adotadas no Brasil, quem contemplam a Lei das Sociedades Anônimas, os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e a legislação específica do setor, estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da transação e ajustadas a valor presente, quando aplicável. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classe	Taxa de depreciação*
Terrenos	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00%
Reservatórios, barragens e adutoras	4,00%
Máquinas e equipamentos	4,00% a 16,67%
Móveis e utensílios	6,25%

(*) Para definição da taxa de depreciação a ser utilizada a Companhia utiliza a menor vida útil entre o período da autorização (35 anos) que é proporcional a uma taxa de 4% ou a taxa definida pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

d. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

e. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados.

Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

g. Empréstimos e financiamentos

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Durante o período de construção da Companhia, os custos de empréstimos e financiamentos são capitalizados ao ativo, com base na taxa média efetiva de captação. Após o período de construção os custos estão reconhecidos no resultado da Companhia.

h. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.

i. Receita de venda

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança e (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

Os serviços prestados até o encerramento das demonstrações financeiras, porém não faturados, são avaliados e quantificados pela Administração, sendo reconhecidos pela contabilidade na data de encerramento das demonstrações financeiras.

As receitas, em geral, são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas e custos, as mesmas são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e serão refletidas no resultado no período em que a Administração toma conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

k. Imposto de renda e contribuição social

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia foi calculada pela sistemática do “Lucro Real”.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

l. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações

para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada e está em processo de avaliação dos seus potenciais efeitos, se houver, em suas demonstrações financeiras.

a. Impacto estimado da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e CPC 47 / IFRS 15

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia não espera qualquer impacto significativo na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15 em suas demonstrações financeiras.

As novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente sua primeira demonstração financeira que incluam a data de aplicação inicial.

b. CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não tem investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda.

(ii) *Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais*

A IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável não deverão aumentar ou tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo do CPC 48 / IFRS 9.

(iii) *Classificação - Passivos Financeiros*

CPC 48 / IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em ORA; e
- O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não designou e não pretendem designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

(iv) *Divulgações*

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

c. *IFRS 15 / CPC 47 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)*

A IFRS 15 / CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

(i) *Suprimento de Energia Elétrica*

A principal receita da Companhia é representada pelo fornecimento de energia elétrica através de contratos de venda de energia no ambiente regulado. A receita desses contratos é reconhecida em bases mensais de acordo com a sazonalização da energia acordada com seus clientes. Esses contratos, bem como a energia comercializada em bases mensais, são registrados na CCEE (Câmara Comercializadora de Energia Elétrica) tanto pelo vendedor como pelo comprador, de forma a confirmar a entrega e o recebimento da energia. A obrigação de desempenho é cumprida quando da entrega da energia aos clientes.

Com base na avaliação da Companhia e suas controladas, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares. Portanto, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 / IFRS 15 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita.

d. *IFRS 16 Leases (Arrendamentos)*

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia não espera que a aplicação do IFRS 16 resulte em impactos significativos.

e. *Outras alterações*

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
 - Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
 - Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
 - Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
 - ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
 - IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.
- O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

8 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem em riscos financeiros. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações. A Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

b. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

c. Gestão de capital

A Companhia monitora seus capitais com base no índice de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2017, conforme a seguir:

	<u>2017</u>
Total dos empréstimos	63.852
Menos: caixa e equivalentes de caixa	<u>(10.682)</u>
Dívida líquida	<u>53.170</u>
Total do patrimônio líquido	<u>53.427</u>
Total do capital	<u>106.597</u>
Índice de alavancagem financeira - %	49,88%

9 Caixa e equivalentes de caixa

<u>Instituição financeira</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	1	-
Banco Itaú Unibanco S.A.	10.681	6
	<u>10.682</u>	<u>6</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e referem-se a operações compromissadas, sendo a remuneração média de 89% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

10 Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui um saldo de R\$ 505 em aberto referente a contas a receber de clientes nacionais, decorrentes da provisão de venda de energia no âmbito do mercado livre.

11 Outros créditos

Valor referente ao empréstimo concedido para a entidade PAC Ativos Ltda., para emissão da apólice de seguro de fiel cumprimento do leilão. Valor do principal R\$ 1.539, acrescido com a variação de 100% da CDI; valor atual de R\$ 2.313 a ser resgatado em 2 de maio de 2018.

12 Imobilizado

	<u>Terrenos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Imobilizado aguardando unitização</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>397</u>	<u>-</u>	<u>1.263</u>	<u>1.660</u>
Adições	662	141	45.389	46.192
Depreciação		(9)		(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>1.059</u>	<u>132</u>	<u>46.652</u>	<u>47.843</u>
Adições			58.046	58.046
Baixas			(708)	(708)
Depreciação		(20)	(115)	(135)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.059</u>	<u>112</u>	<u>103.875</u>	<u>105.046</u>

- (i) Refere-se aos custos de construção do empreendimento PCH Ado Popinhak, incluindo, custos de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que este esteja em condição de operar em sua plenitude. Ao término da construção, será realizado o processo de unitização de ativos com base na resolução normativa nº 367/2009 de 2 de junho de 2009 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, onde os custos de imobilizado em andamento serão realocados para as linhas de imobilizado em serviço. Durante o ano a Companhia capitalizou custos de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 3.383.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Administração da Companhia realizou avaliação quanto a existência de indicadores de que seu ativo imobilizado poderia estar registrado por valor acima do seu valor recuperável. Em 2017 e 2016, com base nesta avaliação realizada pela Administração da Companhia, não foi identificada necessidade da constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos em questão. A Companhia não possui nenhum ativo imobilizado cedido em garantia de operações financeiras.

13 Intangível

	2017	2016
Servidão de passagem - Linha de transmissão	711	15
	711	15

	Servidão de passagem - Linha de transmissão	Total
Adições: servidão de passagem	15	15
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15	8.185
Adições: servidão de passagem	696	696
Saldo em 31 de dezembro de 2017	711	8.881

14 Fornecedores

Fornecedor	2017	2016
Obras civis	1.970	2.465
	1.970	2.465

Os saldos em aberto são referentes aos fornecedores relacionados com a construção do PCH Popinhak. São classificados como passivo circulante, pois o pagamento será devido no decorrer do próximo período. O prazo médio de pagamento é de 10 dias úteis após a recepção dos documentos. A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

15 Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	2017	2016
CCB Giro	63.852	-
Total	63.852	-
Circulante	63.852	-

A segregação de empréstimos e financiamentos da Companhia por vencimento é como segue:

Por vencimento	Valor contábil	Seis a doze meses
Empréstimos e financiamentos	63.852	63.852

Mapa de movimentação

Instituição financeira	2016	Captações	Pagamento de Juros	Amortização	Atualização de juros	2017
CCB Giro	-	60.000	(54)	-	3.906	63.852
	-	60.000	(54)	-	3.906	63.852

As operações contratadas não apresentam cláusula restritiva financeira (“*financial covenants*”).

Em 17 de fevereiro de 2017, a Companhia firmou contrato com o Banco Itaú Unibanco S.A., que concedeu um crédito de R\$ 60.000, na modalidade “ponte”, com a finalidade única e exclusivamente para o pagamento de fornecedores, aquisição de equipamentos e insumos, além de atividades relacionadas a implantação da Pequena Central Hidroelétrica (PCH) Popinhak. O desembolso ocorreu

na mesma data. Sobre o principal da dívida, incidirão juros de 100% do CDI composto com a taxa fixa de 3,20% a.a. O principal da dívida deverá ser pago em parcela única em 10 de setembro de 2018, mediante liberação do empréstimo principal da Canoas (vide tópico nota explicativa 1).

16 Contingências

A Companhia mantém processos trabalhistas e cíveis em andamento cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de remota perda. Não sendo necessária a provisão.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Companhia, subscrito e integralizado é de R\$ 10.510, está dividido em 25.000 ações ordinárias pertencentes a Magma Energia S.A.

b. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de adiantamento para futuro aumento de capital na Companhia é de R\$ 43.857 (R\$ 37.344 em 2016), que será totalmente integralizado como capital social conforme declaração emitida pelo acionista da Companhia.

c. Reserva legal e dividendos

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até atingir 20% do capital social.

d. Dividendos

A diretoria da Companhia deverá declarar dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido apurado no período com base em balanços patrimoniais.

18 Receita

	2017
Fornecimento de energia	505
Pis	(9)
Cofins	(41)
	455

19 Custos e despesas por natureza

	2017	2016
Custo de geração de energia elétrica		
Depreciação	(135)	(9)
Serviços profissionais	(7)	-
	(142)	(9)
Gerais e administrativas		
Serviços profissionais	(73)	(162)
Uso e consumo	(92)	(56)
Despesas de viagem	(217)	(34)
Impostos e taxas	(4)	-
	(385)	(252)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		
Indenizações	-	(500)
	(527)	(761)

20 Resultado financeiro

	2017	2016
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(523)	-
Atualizações monetárias	(6)	-
IOF	(70)	(148)
Despesas bancárias	(31)	(7)
Outros	(1)	-
	(631)	(155)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	284	556
	(347)	401

21 Imposto de renda e contribuição social

	2017	2016
(-) Ajuste da base de cálculo	-	(570)
Outras receitas	-	759
Base para imposto de renda	-	189
Alíquota de impostos de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	-	64

22 Instrumentos financeiros

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

31 de dezembro de 2017			
	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	10.682	-	10.682
Contas a receber de clientes	505	-	505
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	-	63.852	63.852
Fornecedores	-	1.970	1.970
31 de dezembro de 2016			
	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	6
Passivo			
Fornecedores	-	2.465	2.465

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exige a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 para os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa e contas a receber e para o grupo de “Passivo financeiro ao custo Amortizado” que abrange principalmente, fornecedores, financiamentos e empréstimos, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do CPC 40 para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

Análise de sensibilidade

As despesas financeiras oriundas dos empréstimos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI. No quadro abaixo são considerados dois cenários, para o Cenário I consideramos um aumento de 25% e para o Cenário II um aumento de 50%.

Operações com empréstimos e financiamentos

Operações de empréstimos	Indexador	Risco	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Empréstimos e financiamentos	CDI	Variação CDI	63.852	79.815	95.778
Ganho (perda) no resultado				(15.963)	(31.926)

23 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2017, o valor do risco segurado vigente é: (a) R\$ 5.000 (R\$ 1.000 em 2016) referente ao risco de responsabilidade civil obras.

24 Transações que não envolveram caixa

Durante o período, a Companhia adquiriu ativo imobilizado ao custo total de R\$ 58.046, os quais ocorreram por meio de financiamentos. Adicionalmente, durante o exercício de 2017, foram capitalizados juros no montante de R\$ 3.383. Em resumo:

	2017
Aquisição de ativo imobilizado	(54.663)
<i>Juros capitalizados</i>	<u>(3.383)</u>
Total de adições do imobilizado (nota explicativa 13)	<u>(58.046)</u>
<i>Juros sobre empréstimos (nota explicativa 16)</i>	3.906
<i>Juros provisionados</i>	<u>(523)</u>
Juros incorridos (nota explicativa 13)	<u>3.383</u>
Captação de empréstimos	<u>60.000</u>
Saldo apresentado na rubrica de captação de empréstimos na demonstração dos fluxos de caixa	<u><u>5.337</u></u>

MAURO FANTIN
DIRETOR

ELENISE MARIA DO PRADO MARQUES
CONTADORA
CRC/UF n.º PR-037952/O